

19/08/2010

PLENÁRIO

EMB.DECL. NO INQUÉRITO 2.424 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
EMBTE.(S)	: JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM
ADV.(A/S)	: JOSÉ GERARDO GROSSI
EMBTE.(S)	: PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO
EMBTE.(S)	: VIRGÍLIO DE OLIVEIRA MEDINA
ADV.(A/S)	: FLÁVIO LERNER SADCOVITZ
EMBDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
DNDO.(A/S)	: JOSÉ RICARDO DE SIQUEIRA REQUEIRA
ADV.(A/S)	: THIAGO BRÜGGER BOUZA
DNDO.(A/S)	: JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA
ADV.(A/S)	: DÉLIO LINS E SILVA
DNDO.(A/S)	: ERNESTO DA LUZ PINTO DÓRIA
ADV.(A/S)	: CLÉBER LOPES DE OLIVEIRA

Embargos de declaração em inquérito. 2. A revisão e o eventual cancelamento das notas taquigráficas, assim como a ausência de juntada de voto-vogal, não acarretam nulidade do acórdão. Precedentes do STF. Ausência de cerceamento da defesa. 3. Inexistência de obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada. Pretensão de rediscussão de matéria decidida. 4. Embargos de declaração opostos por Virgílio de Oliveira Medina e Paulo Geraldo de Oliveira Medina não conhecidos e demais embargos conhecidos parcialmente e, nesta parte, rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de



INQ 2.424 ED / RJ

julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, não conhecer dos embargos de declaração opostos por Virgílio de Oliveira Medina e Paulo Geraldo de Oliveira Medina, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio e Cezar Peluso (Presidente), e rejeitar os demais embargos, parcialmente conhecidos, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 19 de agosto de 2010.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente.

19/08/2010**PLENÁRIO****EMB.DECL. NO INQUÉRITO 2.424 RIO DE JANEIRO**

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
EMBTE.(S)	: JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM
ADV.(A/S)	: JOSÉ GERARDO GROSSI
EMBTE.(S)	: PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO
EMBTE.(S)	: VIRGÍLIO DE OLIVEIRA MEDINA
ADV.(A/S)	: FLÁVIO LERNER SADCOVITZ
EMBDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
DNDO.(A/S)	: JOSÉ RICARDO DE SIQUEIRA REQUEIRA
ADV.(A/S)	: THIAGO BRÜGGER BOUZA
DNDO.(A/S)	: JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA
ADV.(A/S)	: DÉLIO LINS E SILVA
DNDO.(A/S)	: ERNESTO DA LUZ PINTO DÓRIA
ADV.(A/S)	: CLÉBER LOPES DE OLIVEIRA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - (Relator):

Cuida-se de três embargos de declaração opostos por **JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM** (fls. 3115-3119), **PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA** (fls. 3121-3136) e **VIRGÍLIO DE OLIVEIRA MEDINA** (fls. 3150-3154) contra acórdão do Plenário desta Corte Suprema (fls. 2741-3108) que recebeu a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal.

Nos primeiros embargos, o denunciado **JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM** alega, em síntese, que o acórdão lançado nos autos

INQ 2.424 ED / RJ

não obedece a qualquer ordem lógica, o que prejudica a sua compreensão por parte da defesa.

Argui a não juntada aos autos de todos os votos proferidos na Sessão Pública de Julgamento, já que ausentes os votos dos Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ayres Britto e Eros Grau.

Argumenta haver obscuridade no julgamento, na medida em que foi lançada no v. acórdão expressão verbal da Ministra Carmem Lúcia – que acompanhou o relator –, sem que seja possível diagnosticar, no caso, a que acusado se refere a afirmação.

Nos segundos embargos, **PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA** sustenta omissão do acórdão, uma vez que não consta dos autos o voto do Min. Celso de Mello.

Aduz, também, a obscuridade no acórdão, pois, no julgamento da preliminar que versou sobre a ilicitude da interceptação telefônica, os fatos não foram corretamente analisados, havendo verdadeiro erro material.

Agrega efeitos modificativos a esta parte dos embargos de declaração, visto que, conforme conclui, a decisão seria diferente se tivesse sido tomada com base nas premissas que afirma serem as corretas.

Nos terceiros embargos, **VIRGÍLIO DE OLIVEIRA MEDINA** argui equívoco no desmembramento do Inquérito Policial 2424 e reafirma os termos da sua Questão de Ordem, requerida em momento

INQ 2.424 ED / RJ

processual anterior e resolvida no acórdão embargado.

Alega, ainda, que existe omissão na decisão colegiada deste E. Supremo Tribunal Federal, porque a Corte não teria apreciado corretamente a existência de *bis in ibidem* quanto ao crime de quadrilha. Neste particular, requer efeitos modificativos aos embargos que opõe.

Também aponta omissão no acórdão colegiado deste E. STF, pois em decisão preliminar a Corte concluiu pela licitude das medidas investigativas consistentes em incursões noturnas em escritório de advocacia, ao argumento de serem necessárias à investigação, sem, contudo, apontar qual seria esta necessidade.

É o relatório.

19/08/2010

PLENÁRIO

EMB.DECL. NO INQUÉRITO 2.424 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - (Relator): O recurso de embargos de declaração é cabível em caso de omissão, contradição ou obscuridade da decisão embargada, conforme artigos 619 e 620 do Código de Processo Penal, e não se presta à mera manifestação de inconformismo frente ao julgado.

No que se refere aos embargos opostos por **VIRGÍLIO DE OLIVEIRA MEDINA**, não se demonstrou de que maneira o acórdão teria incorrido em uma das hipóteses que legitimam a oposição de embargos de declaração.

Verifica-se, portanto, que a parte embargante busca apenas a rediscussão da matéria já decidida no acórdão embargado, com o objetivo de obter os excepcionais efeitos infringentes.

Com efeito, as razões que levaram a Corte a entender pela manutenção do embargante neste feito, sem prejuízo, por hora, de quaisquer outros que tramitem em instância inferior, estão suficientemente expostas no acórdão embargado, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a suprir.

Assim, também, quanto à decisão preliminar pela

INQ 2.424 ED / RJ

legitimidade e licitude das medidas investigativas. É que os argumentos dos eminentes Ministros, em um sentido ou no outro, estão ali expostos, não sendo cabível, em sede de embargos de declaração, retomar a discussão acerca dos fundamentos daquela decisão.

A rediscussão da matéria decidida no acórdão recorrido é inviável em sede de embargos de declaração. Nesse sentido, há inúmeros precedentes desta Corte: HC-ED n. 84.793, de minha relatoria, *DJ* 11.11.2005; HC-ED n. 84.420, Min. Carlos Velloso, *DJ* 08.10.2004; HC-ED n. 85.653. Min. Ayres Britto, *DJ* 6.3.2009.

Assim, não conheço dos embargos de declaração opostos pelo embargante **VIRGÍLIO DE OLIVEIRA MEDINA**.

No que tange aos segundos embargos de declaração, **PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA** alega a existência de erro de fato consistente em afirmação do eminente relator, por ocasião do julgamento da preliminar de ilicitude das interceptações telefônicas.

Segundo aponta, o eminente Ministro Cezar Peluso - conforme 'notas taquigráficas' - teria concedido esclarecimentos à eminente Ministra Carmem Lúcia, afirmando que as decisões de prorrogação do monitoramento telefônico eram fundadas e equiparavam-se a 'novas decisões', quando, na verdade, foram meras 'prorrogações de monitoramento'.

Nesse ponto, os embargos não sustentam a ocorrência de

INQ 2.424 ED / RJ

omissão, contradição ou obscuridade do acórdão embargado, limitando-se a procurar desconstituí-lo, por suposto vício na formação da convicção dos julgadores, e deduzindo que, se as explicações do eminente relator houvessem sido outras, o julgamento da preliminar teria resultado diferente.

Ora, fácil perceber que o embargante não quer suprir qualquer obscuridade ou omissão, mas tão somente reabrir a decisão anterior, apontando falhas na formação da convicção dos eminentes Ministros.

Os embargos de declaração não se prestam a este objetivo, e rediscutir as razões que levaram os eminentes ministros a acompanhar o relator refoge completamente ao âmbito do recurso.

Nesse ponto, não conheço dos embargos de declaração opostos por **PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA**.

Além disso, os embargantes **JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM** e **PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA** também apontam omissões e obscuridades que entendem existentes, razão pela qual conheço parcialmente dos embargos de declaração e, na parte que conheço, passo a analisá-los.

Alegam os embargantes que não foram corretamente juntados aos autos, para que fizessem parte do acórdão, votos-vogais de eminentes Ministros que participaram da Seção de Julgamento que

INQ 2.424 ED / RJ

recebeu denúncia-crime. Também alegam que declaração da ministra Carmem Lúcia foi juntada aos autos sem que se pudesse inferir em que medida a eminente Ministra acompanhava o relator.

Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Suprema, a revisão e o eventual cancelamento das notas taquigráficas, assim como a ausência de juntada de voto-vogal, não acarretam nulidade do acórdão.

Nesse sentido, confira-se o RE-ED 592905/SC, Relator Ministro Eros Grau, *DJ* 6.8.2010:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE VOTO QUE ADERIU À TESE VENCEDORA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. CANCELAMENTO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE DO JULGADO. OMISSÃO, CONTRARIEDADE E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE, SALVO HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. ART. 535, I E II, DO CPC. VIA PROCESSUAL INADEQUADA. 1. As notas taquigráficas são revisadas e devolvidas pelos Ministros no prazo regimental. Durante esse período as manifestações podem ser canceladas pelo Ministro que as houver proferido, hipótese em que não serão publicadas com o acórdão. 2. Não há nulidade na publicação de acórdão sem a juntada de voto vogal que aderiu à tese vencedora do acórdão recorrido e foi cancelado na revisão de notas taquigráficas pelo Ministro que o proferiu. 3. Os embargos de declaração têm pressupostos certos [art. 535, I e II, do CPC], de modo que não configuram via processual adequada à rediscussão do mérito da causa ou à inclusão de matéria não discutida no recurso. São admissíveis em caráter infringente somente em

INQ 2.424 ED / RJ

hipóteses, excepcionais, de omissão do julgado ou erro material manifesto. Precedente [RE n. 223.904-ED, Relatora a Ministra ELLEN GRACIE, DJ 18.02.05]. Embargos de declaração rejeitados.”

Observe-se que o acórdão embargado está adequadamente composto, inclusive por diversos votos-vogais, além do voto do Min. Relator, permitindo a exata compreensão do decidido pelo Tribunal, razão pela qual não há qualquer omissão ou obscuridade a ser suprida.

Igualmente, nada há a ser esclarecido no que respeita à ‘nota taquigráfica’ em que a eminente Ministra Carmem Lúcia acompanha o relator.

Por fim, observo que a versão digitalizada do presente feito, as mídias eletrônicas e os autos em papel, incluindo-se a íntegra do acórdão, de há muito estão acessíveis às partes, não havendo qualquer hipótese de cerceamento de defesa.

Ante ao exposto, conheço em parte dos embargos de declaração e, na parte em que deles conheço, **rejeito-os** por ausência de obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

É o voto.

19/08/2010

TRIBUNAL PLENO

EMB.DECL. NO INQUÉRITO 2.424 RIO DE JANEIROVOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, no mérito, não tenho dúvida quanto ao acerto do voto do Ministro Gilmar Mendes. Tenho um pouco de dúvida se ainda subsiste a nossa competência, aqui no Supremo, para julgar o Ministro Paulo Medina, porque ele decaiu da condição de Ministro, por decisão do CNJ.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Nós estamos só esclarecendo o acórdão.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Mas acho que, se não julgássemos, também, haveria um inconveniente: quem iria aclarar esses embargos? O juízo de primeiro grau?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Exatamente.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Seria uma espécie de *perpetuatio jurisdictionis*.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Nós estamos esclarecendo o que foi julgado.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Além do que essa matéria está pendente.



Inq 2.424-ED / RJ

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Porque, senão, a prestação jurisdicional não se completaria.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Perfeito. Então, por isso, ainda que em caráter excepcional, eu dou também pela competência do Supremo.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - Além do que o próprio ato do CNJ é passível também de eventual impugnação.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Embora lá o regimento diga que é irrecorrível, e, portanto, seria eficaz plenamente a decisão do CNJ.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - Não, eu digo que é passível de impugnação.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - De recurso.



Obs.: Texto sem revisão da Exma. Sra. Ministra Cármen Lúcia. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

19/08/2010

PLENÁRIO

EMB.DECL. NO INQUÉRITO 2.424 RIO DE JANEIRO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, quanto à competência, a óptica do Colegiado confirma a premissa segundo a qual cabe àquele que prolatou a decisão julgar os embargos declaratórios. Embora tenha cessado a competência para tocar-se o inquérito no Supremo, no que houve a aposentadoria daquele que gozava da prerrogativa do foro, cumpre-lhe julgar os embargos declaratórios.

Peço vênica para conhecer dos embargos de declaração. Para que se ultrapasse a barreira do conhecimento, basta que, na inicial, articule-se um dos vícios que respaldam os declaratórios: omissão, contradição, obscuridade. Articulado o vício, pouco importa a inexistência, porque diz respeito à matéria de fundo, de mérito dos embargos de declaração. Por isso, conheço das impetrações de Paulo Medina e também de Virgílio Medina.

Quanto à problemática da inexistência no processo, compondo o acórdão proferido pelo Colegiado, de certos votos, tenho presente o Regimento Interno do Tribunal, ao preceituar que:

Art. 93 . As conclusões do Plenário e das Turmas, em suas decisões, constarão de acórdão, do qual fará parte a transcrição do áudio do julgamento.

Ora, se foram proferidos votos, se a visão de integrantes do Tribunal se tornou pública quando do julgamento verificado, é preciso que ela, até mesmo para viabilizar-se o exercício do direito de defesa, esteja devidamente documentada no acórdão.

Por isso, peço vênica ao relator para prover os embargos declaratórios nesse ponto.

19/08/2010**TRIBUNAL PLENO****EMB.DECL. NO INQUÉRITO 2.424 RIO DE JANEIRO****DEBATE**

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) -
Consulto o eminente Relator se os áudios e debates foram transcritos?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) -
Foram transcritos sim.

Acho que houve um incidente quanto aos votos e, aí, colocou-se à disposição o áudio.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Parece que o voto do Ministro Celso de Mello não teria sido publicado.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - Acho que sim. Tenho a impressão de que o Ministro Celso de Mello cancelou os apartes, em razão da discussão sobre uma das preliminares.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - De todo modo, foi voto vencido, junto com o meu, o da Ministra Ellen e o do Ministro Peluzo.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) -
Houve o cancelamento de apartes, em razão da discussão sobre o processo de escuta telefônica. *fm*

Inq 2.424-ED / RJ

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Transcrição da íntegra e a entrega. Foi isso.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - É isto que estou dizendo: tanto as mídias eletrônicas, os autos em papel, incluindo-se a íntegra do acórdão, há muito estão acessíveis às partes, portanto não há nenhuma discussão sobre a possibilidade desse cerceamento de defesa.

Obs.: Texto sem revisão da Exma. Sra. Ministra Cármen Lúcia. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****EMB.DECL. NO INQUÉRITO 2.424**

PROCED.: RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

EMBTE.(S): JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM

ADV.(A/S): JOSÉ GERARDO GROSSI

EMBTE.(S): PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA

ADV.(A/S): ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO

EMBTE.(S): VIRGÍLIO DE OLIVEIRA MEDINA

ADV.(A/S): FLÁVIO LERNER SADCOVITZ

EMBD.O.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DNDO.(A/S): JOSÉ RICARDO DE SIQUEIRA REQUEIRA

ADV.(A/S): THIAGO BRÜGGER BOUZA

DNDO.(A/S): JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA

ADV.(A/S): DÉLIO LINS E SILVA

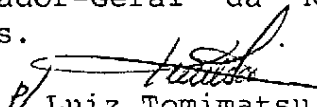
DNDO.(A/S): ERNESTO DA LUZ PINTO DÓRIA

ADV.(A/S): CLÉBER LOPES DE OLIVEIRA

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, não conheceu dos embargos de declaração opostos por Virgílio de Oliveira Medina e Paulo Geraldo de Oliveira Medina, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio e Cezar Peluso (Presidente), e rejeitou os demais embargos, parcialmente conhecidos, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio. Ausentes, licenciados, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. Plenário, 19.08.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


Luiz Tomimatsu
Secretário